

MERCADO SEXUAL

Adolescente conta como funciona esquema de exploração sexual na fronteira do Brasil com a Bolívia. Com menos fiscalização, ela garante que é mais lucrativo

Em boates bolivianas desde os 12 anos

IVANISE ANDRADE,
ESPECIAL PARA O CORREIO DO ESTADO



Jeitinho frágil, mas de sorriso fácil. Mesmo um pouco desconfiada, Helena (nome fictício), de apenas 13 anos, aceita contar sobre suas idas e vindas às boates bolivianas, onde, desde os 12, faz programas sexuais.

O início foi despretenso. Uma adolescente mais velha incentivou e a vontade de ter seu próprio dinheiro e comprar suas roupas e sapatos falou mais alto. "Ninguém me dá dinheiro lá em casa". Helena garante que a família não sabe de suas peripécias. "Minha mãe me mata se souber", revela.

A adolescente mora em Corumbá, município pantaneiro distante 390 km da Capital e que faz fronteira com a Bolívia. A região recebe turistas de todos os cantos do mundo em busca de descanso, pesca, compras e diversão com mulheres e adolescentes.

A hospedagem é em Corumbá, mas os encontros sexuais são no país vizinho, onde, conforme a polícia brasileira, a fiscalização quase não existe, embora a legislação boliviana também considere crime a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O esquema envolve aliciadores, agenciadores, taxistas, além dos donos das boates. Helena conta que passa alguns dias prestando serviços em casas de shows bolivianas e em boates no distrito de Albuquerque, em Corumbá, onde muitos turistas se hospedam.

Uma moça maior de idade, conforme Helena, convida as meninas a entrarem no mercado do sexo oferecendo dinheiro e drogas. Uma agenciadora chamada Bia é quem negocia as garotas junto aos donos das boates e organiza a ida delas.

Jerônimo é o taxista que pega as garotas no local marcado e as leva até a fronteira com a Bolívia, onde outra mulher já está esperando para conduzi-las até a boate. "Ela liga pra nós pra dizer onde encontrar. A gente fica esperando perto da feirinha". Ela se refere à feira popular de Puerto Quijarro, primeira cidade logo que se cruza a fronteira. "A gente dorme e come lá na boate mesmo", explica.

Fácil e lucrativo

Questionada sobre a quantidade de meninas que são levadas para a Bolívia para fazer programas, Helena diz que é "um monte" e conta que, quando vai, outras seis ou sete meninas vão junto.

Cruzar a fronteira é "tranquilo", segundo a adolescente. Raramente são paradas, até porque o trânsito de bolivianos e brasileiros que vivem na conurbação formada pelos municípios de Corumbá e Puerto Quijarro é livre, de acordo com o Tratado de Roboré.

Mesmo assim, quando acontece de serem abordadas por policiais federais, apresentam documentos falsos, feitos em Corumbá por um tatuador chamado Reginaldo, por R\$ 150,00. "A polícia que é besta que ainda não pegou ele", provoca Helena.

O documento falso tam-



Menina brasileira é vítima de uma rede organizada que recruta, providencia documento falso e faz o transporte dela e das colegas para o país vizinho. O programa custa entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00

bém garante os programas sexuais. "Você entra na boate na Bolívia e vê um monte de meninas. A maioria leva documento falso porque tem alguns turistas que pedem pra ver o documento. Pra ver se é de maior mesmo. Eles têm medo", explica.

Apesar dos riscos, Helena garante que é mais lucrativo atuar na Bolívia. "Os caras gostam mais das meninas no-

vas". O programa custa entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00. "Para passar a noite inteira com o cara, eles pagam R\$ 250,00". O valor pago para as garotas adultas é de R\$ 50,00 a R\$ 70,00. Em uma semana, ela volta para casa com quase mil reais. "É tudo bem organizado", conclui a menina.

Futuro

Ao ser questionada sobre

o que sente quando está com um cliente, afirma, resignada: "Nada. Fico olhando. Você tem que fazer o que o cara manda, né. É chato, mas a gente tem que fazer".

Helena concorda que é muito nova para estar envolvida com exploração sexual, mas não tem medo de ter problemas futuros por causa disso. "Já fui presa uma vez e se for pega de novo vou para a

Unei em Campo Grande. Mas não dá nada não".

A mãe de Helena é apontada pelos profissionais da rede de proteção de Corumbá como agenciadora do mercado do sexo. A menina nega. "Há uma tendência em proteger a mãe", explica a psicóloga do Creas (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) do município, Vanessa Hamad Borges Witak.

Sonho de vida melhor motiva exploração

Adolescentes exploradas sexualmente trazem na bagagem um histórico de abandono afetivo, violência doméstica, psicológica e sexual, dificuldades financeiras e todo o tipo de vulnerabilidade social e econômica.

Os primeiros contatos com a prática partem de influências dos contextos mais próximos, como família e grupos de amigos, até situações de vulnerabilidade e facilidade de acesso ao mercado do sexo. Segundo a psicóloga Vanessa Hamad Borges Witak do Creas (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) de Corumbá, há questões financeiras, afetivas e culturais que, juntas, motivam o aliciamento.

Outra questão que deve ser levada em conta é a dependência química. Ao mesmo tempo em que são aliciadas para a exploração, explica Vanessa Witak, as meninas também se envolvem com as drogas. "E essa é uma forma dela permanecer na exploração porque ela passa a ser explorada para manter o vício, para comprar a droga".

A psicóloga explica que durante a terapia, a equipe tenta levar a adolescente a refletir porque às vezes a menina não percebe que está em situação de exploração, de violência. "Para muitas é uma escolha. Então não se vê como vítima. É tudo muito natural, principalmente se essa exploração começou dentro de casa", afirma.



Creas de Corumbá atendeu 29 casos de exploração sexual em 2009. Neste ano, já são 21 até julho

E mais, segundo Vanessa, muitas vezes a menina vê o homem que a está explorando como alguém que protege, que dá carinho, que ouve, e não como alguém que viola seus direitos.

Assim, mesmo sendo consideradas vítimas de uma violência, as adolescentes não são um ser passivo nesse processo e por isso é importante considerar todo o contexto em que estão inseridas antes de se envolverem com a exploração sexual.

Atendimento psicológico

Os Creas são os órgãos da rede de atendimento responsáveis pelo acompanhamento

psicossocial da vítima e da família. Conforme Vanessa Witak, o objetivo é orientar todos os envolvidos na violação de direitos a fim de impedir que a situação continue. Além disso, um trabalho de sensibilização constante procura incentivar a comunidade a denunciar.

Não há prazos predefinidos para o tratamento, que muitas vezes é prejudicado pelo abandono da criança ou do adolescente. "Há casos que temos êxito, outros não, porque as meninas deixam de ir", comenta a psicóloga.

É feito um planejamento dos atendimentos, no que tange à periodicidade dos en-

contros e local. "Quando não há mais a situação de violência, o caso é desligado e é feito um monitoramento por um tempo. Se constatado que a situação de violência voltou, a criança ou adolescente volta ao atendimento". Nesse acompanhamento são feitas visitas domiciliares e nas instituições que continuam com a criança ou adolescente, como escola e Cras (Centro de Referência de Assistência Social).

Em 2009, o Creas de Corumbá atendeu e acompanhou 29 casos de exploração sexual. Neste ano, somente no primeiro semestre, já foram contabilizados outros 21. (IA)

Garotas voltam ao Brasil com drogas

De vítima a autores de infrações. A linha que separa essas duas situações na vida de adolescentes envolvidas com o mercado do sexo é bem tênue. Usuárias de drogas, muitas garotas vendem seus corpos para poder consumir. Com isso, também acabam virando mulas do tráfico.

Helena, a adolescente corumbaense que faz programas em boates bolivianas, conta que já transportou maconha e cocaína para um traficante que vive no bairro Cristo Redentor, em Corumbá. "Dependendo da quantia, nós 'vende' por nove mil pra ele. A gente traz na bagagem". A fala de Helena revela, além de certa ingenuidade, que é fácil cruzar a fronteira entre Brasil e Bolívia transportando drogas.

O delegado da Polícia Federal em Corumbá Alexandre Nascimento reconhece que por conta do Tratado de Roboré é admitido livre acesso para moradores das cidades bolivianas e brasileiras próximas da fronteira. Segundo ele, só é necessário formalizar entrada ou saída

se a pessoa estiver indo para cidades do interior dos países. "Nas cidades próximas das fronteiras as restrições são bem menores".

O tráfico de drogas representa a maior demanda de trabalho da Polícia Federal em Corumbá, cerca de 90% das ocorrências. Dessas, poucas envolvem adolescentes. Quando acontece, o caso é encaminhado à Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude (Deaij).

"Nunca pegamos adolescentes voltando da Bolívia com drogas, porque normalmente essa menina é daqui da cidade. É mais comum, e já aconteceu, de adolescentes meninos que vão justamente para buscar droga no país vizinho", explica o delegado.

A Polícia Rodoviária Federal registrou, de 2008 a maio de 2010, 87 ocorrências de crianças e adolescentes transportando drogas nas rodovias federais em Mato Grosso do Sul. Não há informação de quantas delas estariam, também, sendo vítimas de exploração sexual. (IA)